

DANÇA DE CADEIRA: *Golpes de Estado entre Autoritarismo e a Democracia guineense*

Roberto Sousa Cordeiro¹

RESUMO

O presente trabalho procura analisar as contradições políticas de caráter tirânico travadas como resultado de luta pelo poder nos períodos autoritário e democrático do presidente João Bernardo Vieira, e no democrático da era do presidente Kumba Yalá, levando em conta os antecedentes que culminaram com assassinatos, perseguições, prisões, entre outros conflitos que marcaram esses dois períodos e/ou contextos da história política e social da Guiné-Bissau, resultando nos sucessivos golpes de Estado e várias outras tentativas fracassadas, tanto no regime de autoritarismo quanto após a abertura política democrática que se deu no início da década de 1990. O estudo foi realizado com base nas análises de dados bibliográficos dos diferentes autores nacionais e internacionais, que se debruçam sobre as questões das transições e da relação civil-militar nos diferentes contextos. Procuramos analisar as ocorrências de golpes de Estado e aprofundar a compreensão da questão social que envolve a relação civil-militar, numa sociedade onde a experiência da democracia ainda não consegue amenizar os conflitos de cunho político étnico, tal como era no regime autoritário.

PALAVRAS CHAVES: Autoritarismo, transição democrática, golpe de Estado, relação civil-militar.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Brasil. Membro do Núcleo de Estudos Brasil /África (NEBA), da mesma universidade.

* E. mail: rsousacordeiro@hotmail.com ou rsousacordeiro@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

As Forças Armadas devem ser a glória de uma Nação e não sua ruína. A defesa da pátria não tem nada a haver com partidarismo político. Os interesses nacionais estão acima da direita e da esquerda.

(Byron de Sousa)

As repetitivas práticas políticas perversas que se manifestam através dos golpes de Estado, assassinatos dos membros do governo e das Forças Armadas, tensões e traições no seio das organizações políticas e nos quartéis em busca do poder e pelo poder, nos leva a presentear, pejorativamente, o título acima citado a este trabalho. Isto porque a Guiné Bissau é uma sociedade em que a “lei do mais forte” é visivelmente vigente, e o “poder maquiavélico²” torna-se cada vez mais naturalizado no referido país situado na costa ocidental da África.

Esse país tornou-se famoso nos outros lados do continente devido a seus sucessivos golpes de Estado, política opressiva, práticas autocráticas e violentas da natureza idêntica do “Estado da natureza³” analisado por (Hobbes, 1974). Tanto no antigo regime autoritário (1974-1990) quanto no da democracia a partir do limiar da década de 1990, a forma como os ativistas políticos e membros das Forças Armadas procuram chegar ao poder nos leva à constatação de que, para muitos deles, “os fins justificam os meios⁴”.

Assim sendo, no presente trabalho, procuraremos dissecar os seguidos acontecimentos dos golpes de Estados entre os dois períodos da história política guineense – o de autoritarismo e democracia do então presidente João Bernardo Vieira, a partir da sua subida ao poder em 1980, sua derrocada em 1999, indo até o período do seu regresso ao poder em 2005, facilitado por intermédio do apoio da própria facção das Forças Armadas que o derrubou. Também, analisaremos o período democrático da

² Segundo a interpretação de Chauí (1998, p. 395), no seu livro intitulado: “Convite à Filosofia”, falamos num “poder maquiavélico” para nos referirmos a um poder que age secretamente nos bastidores, mantendo suas intenções e finalidades desconhecidas para os cidadãos; que afirma que os fins justificam os meios e usa meios imorais, violentos e perversos para conseguir o que quer; que dá as regras do jogo, mas fica às escondidas, esperando que os jogadores causem a si mesmos sua própria ruína e destruição (...).

³ Ver “Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil”, São Paulo, 1974.

⁴ Nicolau Maquiavel, O príncipe (1999).

era do ex-presidente Kumba Yalá, eleito em 2000 e deposto em 2003 através de um “golpe branco⁵”, isto é, um tipo de golpe realizado sem necessidade de emprego da força e da violência.

Por conseguinte, a nossa intenção é analisar esses golpes de Estados nos dois períodos referidos, que resultam não apenas nos derrubes dos governos e presidentes democraticamente eleitos, mas também na perda da vida de algumas figuras do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e dos alguns elementos da chefia militar, trazendo riscos para o andamento do processo da democracia. Assim sendo, com base nos objetivos traçados, a dimensão de análise buscará responder as seguintes indagações:

- Quais são os fatores e antecedentes que culminaram com os golpes de Estado nos regimes autoritário e democrático?
- De que forma golpe de 1980, tensões políticas de cunho autoritário e opressivo travadas nessa década conseguiram influenciar o processo de transição guineense?

2. GOLPE DE ESTADO DURANTE O REGIME AUTORITÁRIO

Com base nas preocupações até aqui registradas, a nossa primeira tarefa seria, visando a uma melhor compreensão sobre os fatores da transição política na Guiné-Bissau, detalhar o debate sobre as práticas da “subversão da ordem constitucional” (FERREIRA & NUMERIANO, 1993, p. 7), isto é, golpes de Estado ocorridos nos dois períodos da história política guineense referidos, que resultaram nos assassinatos de alguns membros do PAIGC e das Forças Armadas, e, impossibilitaram a viabilidade e estabilidade dos governos e presidentes democraticamente eleitos. Para perceber o conceito de golpe de Estado, os autores acima citados enfatizam o seu significado em diferentes nomenclaturas – quartelada, coup d’État, levante militar, pronunciamento, insurreição, sublevação, rebelião, etc., os quais, depararemos com a colocação de um termo ou outro ao longo das discussões.

Grosso modo, no presente capítulo, levaremos em conta apenas os conflitos de cunho político travados entre os membros de PAIGC a partir da descolonização, em

⁵ Mario Ferreira & Roberto Numeriano, O que é Golpe de Estado. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 10.

1974, mais precisamente durante o mandato de Nino Viera (a partir de 1980) até o período da transição política (1991).

Depois de longos anos da presença portuguesa na Guiné Bissau, a década de 1970 culminou com vitória da independência, conquistada através da luta armada travada durante onze anos (1963-74). O PAIGC, por aderir a uma ideologia radical muito influenciada pela perspectiva marxista, de acordo com o seu líder Amílcar Cabral, tinha como objetivo atingir não só a “independência mediata e total”, mas também a “eliminação da exploração do homem pelo homem e de todas as relações de natureza colonialista e imperialista” e, entre outros, a “independência econômica” (MENDY, 1996, p.22).

Os primeiros sinais de desvio do procedimento em relação à “ideologia revolucionária” do partido foram vistas no início do mandato do pioneiro presidente da Guiné Bissau, Luiz Cabral⁶, um dos principais líderes da resistência anticolonial. Entretanto, a sua gestão, como observa Augel (2007, p. 62), “foi marcada por instabilidade e uma série de assassinatos de líderes antes irmanados na luta”. A descoberta de duas valas comuns contendo cerca de 500 corpos um ano depois do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, serviu como testemunha da brutalidade e “política repressiva da unanimidade⁷”, que trouxeram a desilusão e, no contexto de uma crise econômica cada vez maior, a retirada da participação na política e na economia, particularmente nas atividades agrícolas (MENDY, 1996, P. 30).

Quase todos os golpes de Estado concretizados e outras tentativas fracassadas nos períodos autoritário e democrático da Guiné-Bissau foram conseqüências de luta pelo poder e contradições entre os membros do governo do PAIGC. Com base nas observações de Mendy & Koudawo (1996), durante a história política do regime autoritário da Guiné-Bissau fora concretizado apenas um golpe de Estado, liderado pelo General João Bernardo Vieira em 1980 e, depois desta data, foram registrados três acusações de tentativas de golpes de Estado entre os membros do “partido-estado⁸”. A primeira foi quando a tensão política atingiu o auge, em 1984. No quadro de uma

⁶ Luiz Cabral é o irmão de Amílcar Cabral, este fundador e líder de PAIGC a partir de 1956, um dos principais líderes da resistência anticolonial da África.

⁷ Seria aquela distinguida da “política de consenso”, e procura eliminar a diversidade, quase sempre mais pela lógica da força que pela lógica (SHIVJI Apud MENDY, 1996, P. 30).

⁸ Porque, juntamente com o Estado da Guiné-Bissau, como diz Cardoso (1996, p. 33), o PAIGC mantinha um controle sobre tudo e todos, isto é, assegurava o controle e gestão de toda a vida das populações, criando-se uma classe de dirigentes que monopolizava todo o poder.

proposta de revisão constitucional destinada a abolir o cargo de primeiro-ministro, Victor Saúde Maria, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, vice-presidente do Conselho da Revolução e primeiro-ministro (desde março de 1982), foi acusado de preparar um golpe de Estado, sendo demitido de imediato e colocado sob prisão domiciliar durante um ano. Na segunda, em outubro de 1985, o então primeiro vice-presidente, Paulo Correia e o ex-procurador geral da República, Viriato Pã, foram acusados de tentar derrubar o governo pela violência; outros cinquenta supostos colaboradores foram posteriormente detidos, encarcerados e executados. Na terceira, em maio de 1987, rumores de uma outra tentativa de golpe de Estado levaram à suspensão do vice-presidente e ministro das Forças Armadas, Iafai Camará, o qual, após uma semana de prisão domiciliar, foi autorizado a reassumir as suas funções. Como observa Cardoso (1996, p. 29):

“Os acontecimentos de outubro de 1985 abalaram profundamente a imagem do PAIGC não só no plano externo, como também, e fundamentalmente, no plano interno. Para além de ser reforçado a sua legitimidade perante o povo – que agora mais do que nunca se tinha apercebido das divisões no seio do partido, que perdeu muitos militantes, na sua maioria pertencente à etnia balanta, fato de que só se dá conta no momento em que autoriza formalmente a constituição da oposição”.

Foi, no entanto, desta forma que “as lutas de facções no seio de partido-Estado e das Forças Armadas continuaram a gerar tensão política durante a segunda metade dos anos oitenta, com periódicas acusações de tentativas de golpe de Estado” (MENDY, 1996, p. 32).

A crescente crise no seio de PAIGC leva cada vez mais a reivindicações dos movimentos ligados ao partido em relação a sua política autoritária violenta: os antigos alunos da Escola Piloto, “os meninos da luta” e orgulho dos militantes do PAIGC, os quais começaram a reivindicar uma defesa mais intransigente dos princípios de Cabral e um lugar mais destacado na sociedade. E a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), que desde 1963, início da luta armada contra a colonização, sempre fora a organização dos trabalhadores unidos sob a bandeira de PAIGC, também reivindica a sua “despartidarização” (CARDOSO, 1996, p. 30). Foi essencialmente no seio da classe burocrática do Estado, enfatiza Cardoso (1996, p. 35), que nasceu um grupo de pessoas descontentes com o regime, e que constituíram, do ponto de vista estrutural, o núcleo duro de oposição.

Conseqüentemente, de acordo com as observações destes pesquisadores nacionais, tais níveis de conflitos no seio do referido partido foram fatores internos que incitaram a transição política no país.

Recorrendo à apurada consideração de Ferreira & Numeriano (1993, p.16):

“O golpe de Estado não é um fenômeno político recente, tampouco ocorre por uma gratuita sede de poder dos políticos de variadas raízes ideológicas. Antes de os generais latinos o banalizarem, a história da maior parte dos países reconheceu não formas clássicas, mas também inovadas de golpe. Seja sob o poderio da Roma republicana ou da imperial, seja nas Repúblicas africanas ou latinas, a presença do golpe foi e é ostensiva, sempre como conseqüências de lutas entre grupos políticos geralmente incrustados nos governos”.

A Guiné Bissau é um país com tradição autoritária herdada durante a luta pela independência, mas que ainda não viveu inúmeros golpes de Estados, se a compararmos, por exemplo, com o caso da Colômbia, analisado por (FERREIRA & NUMERIANO, 1993)⁹. Isto porque aquela é uma República extremamente jovem, de aproximadamente quatro décadas de existência. Dissecando os casos de golpes ocorridos no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, entre outros países, Ferreira e Numeriano (1993, p. 53), comprovam a tese de que “os golpes geralmente frutificam em sociedades de tradição política autoritária”. Para justificarem a sua tese, os autores comparam os casos de Colômbia e Espanha. No primeiro, já foram desfechados cerca de 200 golpes em 155 anos de República. No segundo, como forma de comprovar a regra (que tem as tradicionais exceções), o governo espanhol resistiu à tentativa de golpe do coronel Antonio Tejero Molina, que invadiu o Parlamento em 23 de fevereiro de 1981. Afinal, o ditador fascista Francisco Franco já havia morrido em 1975 e a Espanha estava consolidando seu processo de democratização.

O exemplo comparativo destes dois contextos referidos mostra que,

“onde a prática da democracia alimenta mentes e estômagos, não importa se tem hegemonia burguesa ou proletariado, a tentativa de golpe é quase um ato suicida e, inversamente, onde o discurso democrático só enche mesmo a barriga da diletta opinião pública (sobretudo a que vota), a ocorrência de golpes é um ato corriqueiro e até normal” (FERREIRA & NUMERIANO, 1993, P. 53).

⁹ Ver Mario Ferreira & Roberto Numeriano. O que é Golpe de Estado, 1993.

Diferentemente do caso da Colômbia, na Guiné Bissau, entre as experiências dos regimes autoritário e democrático, aconteceram apenas três golpes de Estado propriamente ditos e várias outras tentativas que enumeraremos posteriormente. A primeira “quartelada”¹⁰ ocorreu em 14 de Novembro de 1980, quando, após seis anos de independência do país, o presidente da República Luiz Cabral foi derrocado por um grupo de rebeldes denominado “Movimento Reajustador” liderado pelo então primeiro-ministro João Bernardo Vieira (Nino¹¹).

Segundo Mendy (1996, p. 31), o golpe de Estado realizado com êxito pelo “Movimento Reajustador” foi um produto da “política de unanimidade” aplicada à restrita classe dos dirigentes políticos do partido-estado. Sem mecanismos eficazes para a resolução dos conflitos internos, sem nenhum outro partido político legal ao qual unir-se para desafiar o *status quo*, com a prevalência de uma atmosfera de medo e insegurança, ansiedades e frustrações, o faccionismo político e as lutas pelo poder nos escalões mais alto do partido-Estado conduziram inevitavelmente a este acontecimento histórico. O autor ressalta que,

“Uma das justificativas do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 foi aparentemente “o desvio da linha de Amílcar Cabral”, cuja implicação econômica era o abandono da estratégia de desenvolvimento de orientação socialista que dava prioridade ao melhoramento e à modernização da agricultura. Com isso, um ano depois do golpe, no primeiro congresso extraordinário do PAIGC realizado em Bissau de 8 a 14 de novembro, os novos governantes anunciaram que, como “herdeiros de Amílcar Cabral”, continuariam a “edificação de uma política nacional independente, no quadro de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem” (MENDY, 1996, P. 38).

Na realidade, o discurso desse primeiro congresso do partido não foi aplicado na prática porque, apesar da drástica diminuição da repressão política, das detenções, e prisões arbitrárias e do flagrante abuso do poder e dos direitos humanos após o golpe de 1980, o posterior governo do PAIGC não conseguiu abrir mão da monopolização da política e da política da unanimidade. O faccionismo político e as lutas de poder

¹⁰ De acordo com Ferreira & Numeriano (1993, p. 7), “os nomes com que os políticos batizam o golpe são tão variados quanto os diferentes interesses dos golpistas”. Desta forma, vários os termos passaram a identificar o golpe de Estado, entre os quais, “quartelada”, levante militar, pronunciamento, movimento militar, insurreição, rebelião, putsch, etc.

¹¹ O nome do segundo presidente da Guiné Bissau após a independência é João Bernardo Vieira. Como é corrente no país tem também um apelido – “Nino”, que ficou consagrado, sendo como esse político é até hoje conhecido. Ainda é comum chamá-lo pelo seu nome de guerra, “Cabi ou Caby”.

também continuaram vigentes, com acusações de tentativas de golpe e purga entre os altos dirigentes do partido-Estado (MENDY, 1996, P. 31).

Segundo Augel (2007, p.64), tanto no tempo de Luíz Cabral quanto no período seguinte, praticamente até o começo da década de 1990, a imposição do *status quo* foi efetuada através da força e da prepotência, do serviço secreto, da prisão, eliminação dos adversários e da repressão de toda resistência. A corrupção, nepotismo e o compadrio dominaram. O discurso oficial prosseguiu pautado na permanente evocação do heroísmo dos combatentes pela liberdade da pátria (dos quais são esses antigos generais os representantes máximos), na glória da revolução e na unidade nacional.

Portanto, pretendemos enumerar principais tensões de ordem política autoritária, que marcaram a primeira década do segundo governo do PAIGC, a partir de golpe de 1980 – prisões, assassinatos e tentativas de golpes:

- **Novembro de 1980** – Golpes de Estado liderado por General João Bernardo Vieira, (fim da era do primeiro presidente, Luiz Cabral);
- **Março de 1984** – Então primeiro-ministro Victor Saúde Maria foi acusado de preparar um Golpe de Estado;
- **Outubro de 1985** – Primeiro vice-presidente e ministro da justiça, Paulo Correia, ex-procurador geral da República, Viriato Pã, entre outros membros do PAIGC, foram acusados de uma tentativa de golpe, o que os levou a ser presos e brutalmente executados;
- **Março de 1987** – Rumores de uma tentativa de “quartelada” levaram à suspensão do vice-presidente e ministro das Forças Armadas, Iafai Camará, o qual, após uma semana de prisão domiciliar, foi autorizado a reassumir as suas funções.

3. GUERRA CIVIL E GOLPES DE ESTADO APÓS A TRANSIÇÃO POLÍTICA

Terminando as abordagens sobre os acontecimentos que possibilitaram os processos de liberalização e da transição política guineense, isto é, o enfraquecimento do regime autoritário e a incorporação dos atores políticos no processo de tomada de decisões, analisaremos os golpes de Estado a partir do período da transição política na

Guiné-Bissau, suas causas e conseqüências nos governos dos Presidentes João Bernardo Vieira e Kumba Yalá.

Toda insurreição esconde antecedentes conjunturais de caráter político, social e econômico, e os analistas estão concordes em apontar a crise e conseqüente descrença no Estado como os mais importantes fatores (e os mais recuados no tempo), somados em um conjunto de situações que se vinham acumulando e agravando há pelo menos duas décadas (CARDOSO Apud AUGEL, 2007, P. 66).

Assim sendo, pretendemos analisar os fatores subjacentes da guerra civil travada a partir do dia 7 de Junho de 1998, levando em conta os acontecimentos de Golpes de Estado propriamente ditos realizados em 1999 e em 2003, e outros acontecimentos conflituosos que marcam o processo de transição guineense.

Com o fim do regime autoritário e a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais, a experiência da democracia ainda não consegue amenizar as desconfianças e insatisfações presentes no seio do PAIGC e das Forças Armadas, resultando em conflitos de cunho político, tal como eram no regime autoritário. Conforme Augel (2002, p.64):

“Quatro anos depois das primeiras eleições realizadas em 1994, essa crescente insatisfação e o desprestígio do governo mostravam-se cada vez mais agudos, indo desembocar numa série crise política que culminou com o golpe militar desencadeador da guerra, ocorrida de junho de 1998 a maio do ano seguinte, pondo fim à hegemonia do PAIGC, que vinha mantendo firmemente as rédeas do governo desde 1974. As conseqüências daí advindas (materiais, morais, políticas e econômicas), ainda na atualidade não foram superadas”.

Quando as instituições civis não são capazes de controlar as Forças Armadas e frear a sua intromissão e/ou interferência nos assuntos do governo, é provável que o funcionamento da democracia tenda a ser ameaçado por meio de conflitos políticos e golpes de Estado. Desde o início de 1974, os sucessivos governos demonstraram fracassos no que diz respeito à resolução de conflitos no seio do partido e das Forças Armadas. As contradições que abalaram o regime autoritário continuam impedindo o avanço do processo democrático, cujo objetivo é a própria consolidação desse processo e o desenvolvimento humano.

A guerra civil, travada a partir do dia sete de Junho de 1998, começou após as acusações entre o então presidente da República, General João Bernardo Vieira e o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané, em relação às vendas de armamentos. Na medida em que o Estado¹² da Guiné-Bissau foi questionado pelos governos de Senegal e da França sobre a venda de arma a região de Casamansa¹³, o presidente decidiu afastar do seu cargo o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, sob a alegação de estar ele implicado no tráfico de armas nessa região. Esse episódio, diz Augel (2007, p. 67): “não foi senão a ponta do *iceberg* de um conflito interno mais profundo e bem mais alargado, reflexo de crescentes insatisfações de ordem política, social e econômica”.

Ansumane Mané, amigo próximo e companheiro de armas do presidente João Bernardo Vieira durante a luta pela independência, tendo estado ao seu lado na tomada do poder em 1980, conhecedor profundo dos segredos do país e das irregularidades da elite política do PAIGC e das Forças Armadas, não podia aceitar sem contestar tais acusações. Diante da comissão de Inquérito da Assembléia Nacional Popular, recusou assumir a responsabilidade de quem estava traficando as armas, denunciando, inclusive, o próprio presidente como mentor do comércio de armas com os rebeldes dessa região (AUGEL, p. 67).

O acontecimento que desencadeou o início da guerra civil foi a tentativa de prisão de Ansumane Mane na madrugada do domingo, dia 7 de Junho de 1998. O brigadeiro, que após a guerra adquiriu patente de general, reagiu à voz de prisão e, com seus aliados, tomou o quartel de Santa Luzia (num dos bairros de capital), ocupando logo depois o quartel de Brá (bairro periférico situado no caminho de aeroporto e da zona norte de Bissau), onde se encontravam os mais diferentes depósitos de armamentos pesados da Guiné-Bissau. Nesse mesmo dia, de manhã cedo, foram travados combates entre os militares fiéis ao governo e os da rebelião, com mortes em

¹² Numa acepção sociológica, o Estado, pela origem e pela essência, não passa daquela “instituição social, que um grupo vitorioso impôs a um grupo vencido, com o único fim de organizar o domínio do primeiro sobre o segundo e resguardar-se contra rebeliões intestinas e agressões estrangeiras” (BONAVIDES, 1976, P. 54).

¹³ Uma pequena região situada na zona Sul do Senegal, na fronteira da zona norte da Guiné-Bissau. Durante as últimas décadas, essa região travou conflitos armados com os governos de Senegal, reivindicando a autonomia política, social e econômica da região, através do grupo “Movimento Independentista”, que compra ilegalmente as armas na Guiné-Bissau.

ambos os lados. Com apoio das Forças Armadas estrangeiras do Senegal¹⁴ e da Guiné-Conakri, o governo tentou com todos os meios tomar o quartel de Brá, símbolo da resistência e da rebelião, mas os rebeldes continuaram firmes em suas posições estratégicas adotadas pelos líderes do “Levante Militar”. Com a retirada dessas tropas estrangeiras no país, “escudos do governo” durante a guerra, a Junta Militar aproveitou o fracasso da mediação e derrotou a pequena parcela de tropas fiéis ao governo. Foi desta forma que, depois de 11 meses da guerra civil, o conflito armado de 1998-1999 levou à “derrocada” política autoritária do governo de PAIGC, personificado em Nino Vieira, também deposto.

Antes de a crise chegar ao ponto de derrubar o velho governo desse partido e do seu presidente, foram desencadeadas muitas tentativas de mediação por parte da sociedade civil, através de uma comissão formada por representantes das embaixadas estrangeiras no país, líderes das comunidades religiosas (católica, protestante e muçulmana), líderes parlamentares, jornalistas e, inclusive, pelos governos da Gâmbia, Portugal e Angola (AUGEL, 2007, p.68). Enquanto Assumane Mané, que se autoproclamou chefe da “Junta Militar” para a Consolidação da Paz Democracia e Justiça, insistia firmemente exigindo a demissão do Presidente João Bernardo Vieira e do governo, bem como a realização das eleições legislativas, que já estavam programadas para o final do ano 1998. O presidente, por sua vez, não aceitou nenhum entendimento com os rebeldes, exigindo em primeiro lugar a deposição das armas.

Como o sucesso de qualquer golpe depende do controle de alvos táticos e políticos, o grupo golpista denominado “Junta Militar” controlou a principal via auto-estradas de acesso à capital e a rádio “Bumbulum”, além de ocupar o aeroporto e a base aérea do bairro de Bissalanca. Depois de alguns meses de crise, a rebelião liderada por militares começou tendo apoio dos políticos, entre os quais Francisco José Fadul e Silvestre Alves, ambos indicados pelos militares para cargo de ministro no governo de transição do período pós-guerra, em 1999. Posteriormente, estes foram fundadores e líderes de partidos políticos.

Assim sendo, o golpe de Estado realizado em maio de 1999, que impossibilitou o fim do primeiro mandato democrático do PAIGC e do presidente João Bernardo

¹⁴ Conforme Augel (2007), o envio de tropas do Senegal à Guiné-Bissau teria sido feito no âmbito de um acordo bilateral assinado pelos dois países em 1975.

Vieira na Guiné-Bissau, foi liderado por militares com o apoio de políticos que frequentemente usam classe castrense como meio de chegar ao poder.

Conseqüentemente, o **controle civil sobre os militares** deixaria de existir, porque estes, ao serem usados pelos políticos como instrumentos para chegar ao poder, passam a sentirem-se autônomos para fazer o que querem e quando querem, dentro do próprio sistema político. Inclua-se nisso crimes como – **tráficos de armas e de drogas**¹⁵, **assassinatos**, etc. Ou seja, a **lógica de relação civil-militar** na Guiné-Bissau seria uma espécie de **contrato** que ambos os lados devem respeitar, sem intrometer-se no espaço do outro.

O que os militares traçam em relação aos civis é o seguinte: “você estão governando por intermédio dos nossos apoios, desta forma, os seus poderes serão intocáveis apenas quando não formos controlados pelo governo”, ou, dito de outra forma, a **relação civil-militar** é permeada pela lógica de que o mandato do governo permanecerá intacto enquanto o quartel estiver intacto. Com isso, as Forças Armadas tendem a derrubar o governo que teve seu apoio para chegar ao poder quando os seus interesses castrenses começam a serem ameaçados e/ou não atendidos.

À guisa de exemplo, antes do ex-Chefe de Estado Maior da Armada almirante Bubo Na Tchuto ter protagonizado uma tentativa de golpe de Estado no mês de agosto de 2008, ele já tinha sido acusado do envolvimento com o tráfico de drogas. Com isso, vendo que poderia ser destituído do seu cargo e responsabilizado pelo crime, preferiu golpear o governo e o presidente. Este golpe, segundo fonte noticiosa¹⁶, falhou porque três oficiais superiores recusaram envolvimento.

De acordo com Ferreira & Numeriano (1993, p. 16), as centenas de sublevações golpistas ocorridas em diferentes países do mundo a partir da década de 1800 até a de 1990, mostram que o “coup d’État¹⁷ é comum nas nações onde o grau de

¹⁵ Além de acusação da venda de armas que deu origem à guerra civil na Guiné-Bissau, em junho de 1998, as chefias das Forças Armadas desse país já foram várias vezes acusadas de estarem envolvidas com o narcotráfico de países da **América Latina**. Para uma maior facilidade de transportar quantidade de drogas para a **Europa** através da costa ocidental da **África**, os narcotraficantes subordinam as Forças Armadas guineenses, responsáveis pelas seguranças dos espaços aéreo e marítimo. Na época da colonização, este sistema de tráfico era denominado de “tráfico triangular de escravos”. Agora é “**tráfico triangular de drogas**”.

¹⁶ <http://www.rtp.pt>

¹⁷ Termo francês utilizado para referir golpe de Estado liderado por civis com apoio militar.

socialização da democracia é baixo, e sempre como consequência de lutas entre grupos políticos, geralmente incrustados nos governos.

Se observarmos melhor, teríamos a conclusão de que todos os golpes de Estado da Guiné-Bissau (e outras tentativas nos períodos autoritário e democrático) aconteceram certamente como consequência de política tirânica, contradições políticas de cunho político étnico entre os membros de governo e das Forças Armadas, e da vulnerabilidade do Estado em relação à resolução dos conflitos.

Terminado o conflito que teve início em junho de 1998, depois da formação de um governo provisório, liderado por Francisco José Fadul, um dos políticos que apoiaram “Junta Militar”, foram efetuadas novas eleições, em 28 de novembro de 1999, com treze partidos políticos listados para a concorrência eleitoral. Assim sendo, o PAIGC sofreu gritante derrota, e o Partido da Renovação Social (PRS) conseguiu eleger, no segundo turno, Kumba Yalá como presidente, tendo este governado até novembro de 2003, quando um novo golpe de Estado pôs fim ao seu mandato.

A postura neurótica, o modo mecânico de agir, o temperamento problemático e instável do novo presidente eleito pela via do procedimento democrático, a clara preferência dada aos membros de sua etnia balanta em relação à distribuição dos cargos públicos, que Cardoso (s/d) chama de “balantalização de poder¹⁸”, e os conflitos endógenos no seio das organizações política e militar não deixavam a possibilidade de uma boa governança do presidente Kumba Yalá e do PRS, fundado e liderado pelo referido presidente. Através de vários “autogolpes¹⁹” realizados, isto é, dissolvência de Parlamento, demissão do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, demissões dos governos, fechamento de um dos meios de comunicação social e perseguições a Jornalistas, Kumba Yalá desestruturou todo funcionamento das instituições públicas do Estado. Tudo isso o levou a não corresponder à expectativa do povo da Guiné-Bissau e nem da comunidade internacional, representada pelos doadores financeiros (FMI e Banco Mundial), de cuja ajuda financeira o país depende.

Com o mandato de presidente Kumba Yalá, o país viveu um dos momentos de maiores crises da sua história, cheio de contradições políticas e casos de perseguições,

¹⁸ Carlos Cardoso, Os desafios da transição política na Guiné-Bissau. Disponível em <http://www.didinho.org>

¹⁹ Termo criado para caracterizar o golpe de Estado em que o governante fecha as casas legislativas (Congresso, Câmara ou Assembléia), anula a imunidade do Judiciário, suspende direitos constitucionais e toma a si o controle ditatorial do governo (FERREIRA & NUMERIANO, 1993, p. 11).

prisões arbitrárias, assassinatos, nepotismo, desvio de fundos públicos, etc., que resultam num golpe de Estado que o retirou da presidência e pôs o fim ao governo do PRS. Este partido nunca teve um governo estável, pois os três anos do seu mandato foram marcados pela constante instabilidade política e demissões dos governos. Por exemplo, dentro desses três anos da governança de Kumba Yalá e do seu partido, houve a formação dos seguidos governos, sob a liderança de, respectivamente, Alamara Ntchia Nhassé, Faustino Fudut N’balí, Caetano N’tchama e Mário Pires.

O clima de contradição vigente no período pós-guerra do presidente Kumba Yalá, culminou com o assassinato do líder de “Junta Militar”, General Ansumane Mané, e nunca os motivos da sua morte foram completamente esclarecidos. O mesmo aconteceu com muitos outros casos de assassinatos dos membros das Forças Armadas, entre os quais do ex-Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, General Veríssimo Correia Seabra, empossado após a morte de Ansumane Mané e assassinado no dia 6 de outubro de 2004. Este foi quem liderou o golpe que derrubou presidência de Kumba Yalá e levou o governo do país a mergulhar em meio a outras crises e instabilidades, passando novamente por um governo de transição e/ou provisório até as novas eleições parlamentares, ocorridas em maio de 2004, nas quais o candidato do PAIGC, Carlos Gomes Junior, foi vitorioso.

Após o assassinato do General Veríssimo Correia Seabra, o General Tagme Na Waie foi empossado no cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Este possibilitou, em 2005, o regresso do ex-presidente da República, João Bernardo Vieira, exilado seis anos em Portugal, após ter sido derrubado pela “Junta Militar”, em 1999.

O país não apenas viveu o regresso espetacular do seu ex-presidente Nino Vieira nas vésperas de eleições presidenciais em 2005, mas também ficou surpreendido quando a sua candidatura foi aceita pelo Supremo Tribunal de Justiça, possibilitando seu regresso ao poder. Ao candidatar-se na qualidade de “sem partido”, João Bernardo Vieira venceu seu último oponente Malam Bacai Sanhá, por uma margem de 52, 35% sobre 47, 65% votos apurados, resultados marcados pelas reivindicações e reclamações por parte de Malam Bacai Sanha. Conseqüentemente, o governo de Carlos Gomes Junior, eleito em 2004, que buscava impor o controle civil sobre as Forças Armadas durante o seu primeiro ano de mandato, foi demitido após a

posse do General João Bernardo Vieira. Até então, o clima político continuava caminhando inseguro e problemático.

A história política e social desse país é marcada pelas contradições e lutas durante e após a colonização. Com isso, como Schmitter & O'Donnell (1988, p. 18) dizem em relação às análises sobre os antigos sistemas autoritários nos países do Sul da Europa: Itália, Portugal, Espanha e Grécia, “o processo democrático que surgiu para substituir o regime autocrático conta com possibilidade razoável de sobrevivência”. E, como aconteciam com referidos países, alguns analistas políticos nacionais duvidam que uma transição tenha sequer começado na Guiné-Bissau; e outros hesitam em supor que a jovem democracia sucessora terá condição de consolidar-se em futuro próximo, portanto.

Para a maior compreensão das temáticas acima discutidas, eis abaixo, de forma resumida, uma lista dos principais acontecimentos de cunho político conflituoso – golpes de Estado, assassinatos, torturas, perseguições e tentativas de golpe, que marcaram os períodos autoritário e democrático da Guiné-Bissau, a partir de 1980 a 2008:

Tabela- I: Golpes de Estado concretizados entre os regimes autoritário e democrático

Ordem Numérica	Dia/Mês/Ano do golpe	Golpes de Estado propriamente ditos	Líderes de golpe
1	14 de novembro de 1980	Deposição do presidente Luís Cabral	General João Bernardo Vieira
2	7 de maio de 1999	Derrube do presidente João Bernardo Vieira, após 11 meses de “ guerra civil ”.	General Ansumane Mané
3	14 de setembro de 2003	Deposição do presidente Kumba Yalá	General Veríssimo Correia Seabra

Tabela- II: Tentativas de golpes de Estado entre os dois regimes

Tentativas de golpes em ordem numérica	Mês/Ano	Nome dos Protagonistas, líderes e acusados	Perseguições, prisões, torturas, assassinatos e exílio
1	Março de 1984	Victor Saúde Maria	Preso
2	Outubro de 1985	Paulo Correia, Viriato Pã, entre outros	Torturados e assassinados
3	Março de 1987	Iafai Camará	Preso
4	2000	General Ansumane Mané	Torturado e assassinado
5	Agosto de 2008	Almirante Bubo Na Tchuto	Exilado na Gâmbia
6	23 de novembro de 2008	Intchami Yalá	Detido

Tabela-III: Outros acontecimentos de assassinatos, torturas e perseguições

Ordem numérica	Mês/Ano dos acontecimentos	Nome	Assassinatos, torturas e perseguições
1	6 de outubro de 2004	General Veríssimo Correia Seabra	Assassinado
2	6 de Janeiro de 2007	Lamine Sanhá (Oficial de Marinha)	Assassinado
3	10 de Janeiro de 2007	Carlos Gomes Junior (líder do partido político)	Vítima de perseguição (refúgio)
4	Julho de 2007	Mário Sá Gomes (ativista dos direitos humanos)	Vítima de perseguição (refúgio)
5	2007	Silvestre Alves (líder do partido político)	Vítima de tortura

COMENTÁRIOS FINAIS

Foi, no entanto, nesse contexto autoritário de aproximadamente duas décadas, permeado por fuzilamentos, assassinatos, contradições no seio de PAIGC, instabilidade política, crise econômica e tentativas de golpes de Estado durante a década de 1980, que a Guiné Bissau lançou-se num processo de transição política do partido único para multipartidarismo.

As perseguições e assassinatos no seio do PAIGC, tido como “partido-Estado” que concentrava e monopolizava o poder, a partir da década de 1980, vitimaram alguns elementos da “etnia Balanta²⁰”, que eram membros deste partido, entre os quais Viriato Pã. Conseqüentemente, surgiram crises e contradições políticas de cunho étnico em relação ao poder, analisadas por alguns autores nacionais, como Mendy (1996), Cardoso (1996) e Teixeira²¹ (2007), entre outros, como um dos fatores do processo de transição política para a democracia. Assim, tais conflitos culminaram em pressões internas e externas, levando a Guiné Bissau à necessidade de encarar e/ou enfrentar o desafio da transição política. Ao analisar os fatores que contribuíram para o lançamento do processo de democratização na Guiné Bissau, Mendy (1996, p. 33) observa que:

“As lutas internas pelo poder e os conflitos de interesses entre os dirigentes do partido-Estado refletiam uma crise econômica cada vez mais profunda, cuja solução levou à adoção de rigorosas medidas prescritas por instituições financeiras internacionais tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para “ajustar” estruturalmente a economia. Estas medidas incluíam “condicionalidades políticas que aumentaram substancialmente as pressões para a instauração do pluralismo político”.

O'Donnell & Schmitter (1988, p.23), considerando os fatores externos que levaram a uma liberalização do regime autoritário, enfatizam que, “os conflitos no interior do grupo dominante e entre seus defensores/beneficiários privilegiados fornecem a principal motivação para que se iniciasse uma transformação de regime.

²⁰ “Balanta” é um grupo étnico majoritário da Guiné-Bissau, a maioria desse grupo habita no Sul do país, onde a luta pela independência foi decisivamente travada. Por isso, os balantas se orgulham de serem principais libertadores da pátria e, ao mesmo tempo, reclamam seus direitos em relação à distribuição dos cargos públicos. Nos discursos dos líderes políticos pertencentes à etnia balanta, facilmente percebe-se essa reclamação. São fatos que evidenciam conflitos políticos de cunho étnico em relação ao poder.

²¹ Ver Ricardino Teixeira (2007), Tiro na democracia: uma análise sobre o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, 1994-2007. Disponível em <http://www.didinho.org>

Por conseguinte, seguindo a linha da descrição “minimalista procedural” da democracia traçada por Mainwaring (S/D), seria gravíssimo classificar a Guiné-Bissau como país democrático. Isso porque, embora a transição política possibilite tanto a competição entre os partidos quanto a participação dos cidadãos em relação à escolha do seu representante, o controle civil sobre os militares é ainda inexistente.

Da mesma forma, seria equívoco classificar a Guiné-Bissau como um país democrático se os militares estivessem sob controle civil, sem levar em conta outras variáveis que ajudam mensurar um regime democrático, isto é, desenvolvimento humano, aprofundamento da cultura política democrática, garantia da liberdade civil, dos direitos políticos e sociais, promoção das eleições livres e limpas, etc.

A definição subminimalista da democracia em Schumpeter²² (1961), isto é, a realização das eleições regulares é garantida, mas é sempre violada. Com isso, apesar da política autoritária ainda vigente, não ousaremos classificar atual Guiné-Bissau como um país do regime autoritário, mas também, devido várias razões acima colocadas, não podemos julgar que é democrático. O regime guineense, neste caso, se situa naquilo que alguns analistas chamam da “zona cinzenta”, isto é, não é autoritarismo nem a democracia, mas sim semi-autoritarismo.

E mais, o sistema eleitoral regular é apenas uma “aparência da democracia”, porque, com os dois golpes de Estado e demissões dos governos após a abertura política democrática, nenhum presidente e governo conseguiu terminar o seu mandato.

O processo de transição política iniciado na década de 1990 levou à derrocada do autoritarismo “ninista²³”, mas não derrubou a postura política autoritária e os conflitos políticos no seio dos partidos, muito menos inibiu os golpes de Estado ou deposição dos governos eleitos. Isto porque a herança autoritária continua operando no processo democrático.

Por isso, a questão dos legados autoritários, que constituem empecilhos para a consolidação democrática, merece a nossa atenção de análise. Como pensar na possibilidade de uma democracia sólida em que o sistema autoritário transita para o democrático, mas os antigos governantes continuam firmes após a transição?

²² É um economista austríaco, no seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, publicado em 1942, analisa a democracia como um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa). Por outras palavras, a democracia, segundo ele, é pura e simplesmente quando existe a luta competitiva entre as elites por meio das eleições livres.

²³ Termo usado para referir o autoritarismo da era do presidente General Nino Vieira.

A permanência do legado autoritário no novo sistema, sem menor dúvida, deixa a incerteza da democracia. Com a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em 1994, o PAIGC e o seu presidente João Bernardo Vieira, após duas décadas no poder, saíram vencedores nas urnas. Assim, Guiné Bissau renova a sua confiança nos elementos do antigo regime, como se fossem os “salvadores da pátria”. É improvável que, numa democracia, a permanência do legado autoritário e dos militares consiga fazer diferença nela e consolidá-la.

Diferentemente da transição dos países da Europa do Sul, em Guiné-Bissau e em maior parte dos países da África, falta perceber que não é uma alternativa viável para a democracia continuar confiando nos membros do velho regime e/ou na herança autoritária. Como não é objetivo deste trabalho, pretendemos não insistir na comparação destes dois contextos, porque o processo da transição na África e nos países da Europa do Sul tem sido apoiado de forma diferente pelo principal “país democratizador” do mundo (Estados Unidos). Os programas políticos para a democratização em África, como O’Donnell & Schmitter (1988, p. 19), analisam em relação ao caso de América Latina, têm sido incertos e variáveis de caso para caso, porque, segundo estes autores, Estados Unidos apoiaram de forma consistente a democratização no Sul da Europa – pelo menos tão logo ficou evidente que a proteção ou a recolocação no governo dos antigos aliados autoritários já não era uma alternativa viável.

A influência do ciclo vicioso autoritário no processo da transição política da Guiné Bissau seria motivo de incerteza e risco para a jovem democracia desse país. A prova disso consolidou-se em Junho de 1998, através da guerra civil que culminou com o primeiro golpe de Estado levado a cabo logo após a abertura política democrática, como analisado no capítulo anterior.

O desafio da transição política, no entanto, é a luta pela consolidação da democracia. Desta forma, para que isso se concretize, é necessário que os empecilhos da própria consolidação democrática, isto é, os protagonistas de golpes, transgressores das leis e dos direitos humanos sejam duramente combatidos com base nos mecanismos da lei que punem tais golpistas e perturbadores da ordem social interna. Isto porque, de acordo com Przeworski (1989, p. 40), “um argumento a favor da punição da violação dos direitos humanos é de que a punição tem um efeito

dissuasório: os militares pensariam duas vezes antes de intervir novamente, porque saberiam que, uma vez fora do poder, seriam punidos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição Democrática na Guiné Bissau*. Bissau: INEP, 1996.
- AUGEL, Moemia Parente (2007). *O Desafio do Escombros*: Nação, identidade, e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond.
- BONAVIDES, Paulo (1976). *Ciência política*. Rio de Janeiro: Forense.
- CHAUI, Marilena de Sousa. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CORDEIRO, Roberto Sousa (2008). *Guiné-Bissau: relação civil-militar no processo de transição política*. Disponível em: <http://www.didinho.org>. Consultado em 31/10/2008
- CARDOSO, Carlos (s/d). *Os desafios da transição política na Guiné Bissau*. Disponível em: <http://www.didinho.org>. Consultado em 12/11/2008.
- CABRAL, Amílcar. *A ação armada e os métodos militares*. Portugal: Avante, 1988.
- DORATIOTO, F. F. Monteoliva (1991). *De Getúlio a Getúlio*: O Brasil de Dutra e Vargas, 1945 a 1954. São Paulo: Atual.
- FERREIRA, Mario; NUMERIANO, Roberto. *O Que é Golpe de Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 68p.
- KOUDAWO, Fafali, MENDY, Peter Karibe. *Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996.
- LUDWIG, Antonio Carlos Will. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MAINWARING, Scott, et al. (s/d). *Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999*.
- MAQUIAVEL, Nicolau (1999). *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes.
- O'DONNEL, Guillermo; SCHMITER, Philippe. (Orgs.). *Transições do Regime Autoritário*: sul da Europa. São Paulo: Vértice. 1988.
- PRZEWORSKI, Adam (1989). *Como e Onde se Bloqueiam as Transições para a Democracia?* In: J. Á Moisés e J. A. G. Albuquerque (Orgs.). *Dilema da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares*: Da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1984). *Vida e morte da ditadura*: vinte anos de autoritarismo no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984
- SEVERINO, Antônio Joaquim (1993). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- SOUSA, Byron de. *Artes da política*: pensamentos & citações. Brasília: Marina, 1988.

TAVARES, José Antonio Giusti (1982). *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumores de Sabres: controle civil ou tutela militar?* São Paulo: Ática, 1994.



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: **CONTRIBUTO**

www.didinho.org